

A natureza deslocada: discursos da sustentabilidade nos *media* empresariais

Vinicius Prates da Fonseca

Resumo

A “sustentabilidade” é um tema largamente presente nos veículos de comunicação especializados em economia e negócios, que constitui um discurso cujas implicações indicam uma ressignificação do papel da empresa capitalista no pós-moderno. A enunciação mediática sobre ecologia carrega características que a inscrevem num fenômeno ampliado: a prevalência da transpolítica. O presente artigo aborda esta questão a partir dos conceitos de criação de uma rede de “equivalências simbólicas”, fundamentais para a articulação discursiva.

Palavras-chave: sustentabilidade, discurso, transpolítica, equivalências simbólicas.

Abstract

Sustainability is a subject largely present in communication vehicles specialized in economics and business, which constitutes a speech whose implications indicate a re-signification of the role of the capitalist companies in post-modern. The media elocution about the ecology carries characteristics that are part of a widened phenomenon: the prevalence of *trans-politics*. This article addresses those issues by the concepts of creation a network of symbolic equivalences, which is fundamental for the discursive articulation.

Keywords: sustainability, discourse, *trans-politics*, symbolic equivalences,

Uma grande empresa de energia construiu uma vila de casas para pescadores pobres que haviam ocupado uma área às margens de um rio. Uma mineradora abriu uma nova área de exploração com 700 milhões de toneladas métricas de bauxita na região amazônica, acompanhada de uma escolinha que ensina aos habitantes locais conceitos ecológicos. A maior rede de varejo do mundo passou a dar descontos de R\$ 0,03 por sacola plástica economizada nas compras, e tenta assim modificar a imagem negativa gerada por suas políticas trabalhistas.

Estas três notícias foram publicadas no *Guia Exame 2009 de Sustentabilidade*, editado anualmente pela revista *Exame*, especializada em economia e negócios, que elege as melhores práticas de gestão ambiental empresarial. Elas ligam-se, ainda nas páginas da publicação, a temas como a preservação de espécies ameaçadas, crédito para

população de baixa renda e política internacional contrapondo interesses comerciais de norte-americanos e chineses. Assistindo à TV, lendo jornais, navegando na Internet, rapidamente é possível perceber que, dos gorilas às baterias de celular, das bitucas de cigarro à energia atômica, dos xavantes às válvulas sanitárias... toda uma enorme diversidade de temas convergem de alguma forma ao significante “sustentabilidade”. Há uma série de exemplos de como as companhias exercem um esforço na construção de uma identidade “sustentável”, a começar pelo Centro Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), que promove cursos e palestras, incentiva a troca de informações sobre o tema e mantém um ativo site e uma revista especializada chamada *Brasil Sustentável*. As empresas associadas ao CEBDS são responsáveis por 40% do Produto Interno Bruto do Brasil e geram cerca de 600 mil empregos diretos, de acordo com o próprio site da instituição¹ (www.cebds.org.br).

O esforço de ressignificação da empresa chegou aos *media* pela publicidade institucional, e em seguida pelos espaços dedicados à cobertura jornalística, com grande ênfase na área específica de economia e negócios. Um levantamento realizado no segundo semestre de 2009 nas revistas especializadas *Exame*, *IstoÉ Dinheiro* e *Época Negócios*, as de maior circulação no gênero e que preservam a característica da abrangência de tematizações, indica sua constância. Na revista *Exame*, com circulação de 172 mil exemplares de acordo com o Instituto Verificador de Circulação (IVC)², dos sete exemplares consultados, quatro apresentam grandes reportagens com o tema da sustentabilidade. Na revista *Época Negócios*, com circulação de 75 mil exemplares, e na *IstoÉ Dinheiro*, com 64 mil exemplares, havia matérias com o tema em todos os números publicados no período. De um modo geral, são feitas entrevistas e narrativas que têm como ponto principal a informação sobre ações empresariais que obtiveram sucesso em alguma questão ambiental. São exemplos de como a empresa capitalista privada passou a ser “fonte” jornalística para o assunto meio ambiente, por vezes mais importante do que o Estado ou as organizações não governamentais que em algum momento da história iniciaram o processo.

Este, entretanto, é um fenômeno relativamente recente, e remete a um deslocamento de sentido do papel da empresa na sociedade. As origens do discurso ambiental remetem a pequenos grupos que reivindicavam a proteção à vida selvagem. Os

¹ Pesquisa realizada em 12 de abril de 2010.

² Dados publicados no Caderno de Mídia da *Revista Imprensa* em outubro de 2009

conceitos do ecologismo evoluíram ao longo do último século até o momento em que a própria espécie humana estaria ameaçada, ao menos como perspectiva futura (ALIER, 2007). O protagonismo inicial esteve, portanto, com o que se convencionou chamar de organizações não governamentais (ONGs). As ONGs tiveram um papel relevante na América Latina nas lutas democráticas da década de 1980, que confrontavam regimes estatais autoritários de direita a uma militância política de esquerda (Haddad, 2001; Garcia, Landim e Dahmer, 2003). Elas foram em parte responsáveis pelo *aggiornamento* das agendas num momento em que o antigo bloco soviético vivia uma crise que se revelaria terminal. Naquele contexto foram incorporadas reivindicações que envolviam questões étnicas, sexuais, raciais, etc. e também às ligadas à preservação do meio ambiente.

No caso da sustentabilidade, no entanto, a partir do final da década de 90 e dos primeiros anos do novo século, surge uma nova vertente na articulação e ressignificação dos discursos: a “sustentabilidade empresarial”, originada nos setores mais dinâmicos do capitalismo tardio, as grandes empresas.

Podemos admitir a formação de um discurso, o da sustentabilidade, na medida em que temas antes dispersos pelas disciplinas da economia, da biologia, sociologia e assim por diante, são enunciados a partir de uma nova regularidade enunciativa. De acordo com Foucault:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhantes sistemas de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio da objetividade”. (Foucault, 2005:43)

Certamente, uma formação discursiva guarda as regularidades descritas por Foucault, mas não apenas isso. A palavra (e poderíamos completar – todo signo) é entendida por Bahktin (1986:66) como “interação viva das forças sociais”, o que Maingueneau (2005:65) descreve da seguinte maneira: “as formações discursivas são de fato acessíveis por outros critérios além dos textuais, em particular por sua incidência histórica”. Ou, de acordo com o próprio Foucault (2006:10): “o discurso não é

simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”.

Dessa forma, os discursos são formados – e deslocados constantemente – numa dinâmica de tensões que são o próprio sentido da política no sentido de Chantal Mouffe:

[...] o político não pode ser limitado a um certo tipo de instituição ou encarado como constituindo uma esfera ou nível específico da sociedade. Tem de ser concebido como uma dimensão inerente a todas as sociedades humanas e que determina a nossa própria condição ontológica. (Mouffe, 1996:13).

Portanto, a análise de uma formação discursiva não se restringe a superfícies textuais, mas deve levar em conta o ambiente sócio-histórico da luta por hegemonia do qual não é mero reflexo, mas agente constituinte.

A formação discursiva como rede de equivalências simbólicas

Ernesto Laclau e Chantal Mouffe em *Hegemonía y estrategia socialista – hacia una radicalización de la democracia* (2004) teorizam sobre o tema das formações discursivas com os conceitos de redes de equivalência e dos significantes vazios, que para os autores são fundamentais para a compreensão das relações entre política e discursos.

A obra começa por traçar um panorama de como evoluiu historicamente nos discursos marxistas o conceito de hegemonia, partindo dos escritos revolucionários do início do séc. XX. A “necessidade histórica” da revolução dos cânones marxistas não era suficiente para descrever a política do momento. A ortodoxia marxista fixava as condições sob as quais a revolução seria inevitável. Nesse contexto, a hegemonia passa a ser o nome para uma lacuna: entre o papel histórico no proletariado e as lutas momentâneas. Laclau e Mouffe comparam, parafraseando as clássicas categorias de Saussure, as classes à *langue* e a hegemonia à *parole*.

Mas apenas mais tarde, em Gramsci, seria formulado um pensamento que considera condições extra-econômicas, ou seja, condições de fato políticas, para a análise da sociedade – embora dentro da tradição marxista. O conceito de hegemonia foi então ampliado e modificado. Para Gramsci, a composição política participa da formação do “bloco histórico”, que contempla fatores cujos pensadores do marxismo ortodoxo considerariam meramente superestruturais. Bobbio (1999:34), defende que a

filosofia política de Gramsci reencontra a dialética e evita seu declínio na medida em que trata de evitar dois extremos: do materialismo mecanicista e do idealismo. Para Laclau e Mouffe, Gramsci faz a transição de um essencialismo economicista para a problematização da articulação cultural e política, fundamento do pós-marxismo.

Segundo os autores, trabalhando a partir das revisões gramscianas, é necessária uma rearticulação radical numa concepção central do marxismo – o papel da força de trabalho como mercadoria que compartilha uma essência com outras formas materiais. Ela teria uma peculiaridade: é preciso mais do que coerção para extrair trabalho da força de trabalho (Laclau; Mouffe, 2005:115). A relação capitalista com o trabalho conjuga uma técnica de produção com uma técnica de dominação sob três formas: a simples vigilância; o controle técnico, que corresponde à subordinação do trabalhador ao ritmo das máquinas e dos processos; e por fim o controle burocrático, que consiste em inscrever o controle na institucionalização social do poder hierárquico.

Laclau e Mouffe retomam o caminho teórico da hegemonia para construir uma ligação com as pesquisas de formações discursivas. Uma estrutura discursiva, para os autores, não é uma entidade cognoscente, mas sim uma prática articulatória que constitui e organiza as relações sociais, como pode ser encontrado também em Foucault (2005) ou Maingueneau (2005). O espaço da hegemonia não é descoberto como sintoma ou refração da realidade econômica, ele é inventado, e a partir dessa invenção tem existência objetiva, articulando posições do sujeito.

A invenção do espaço da hegemonia ocorre porque, de acordo com os autores, a sociedade “não é uma totalidade suturada e auto-definida” e, portanto, não é um objeto legítimo de discurso. Ou seja, dito de outra forma, nenhum discurso pode abarcar a “sociedade”, que sempre produzirá sentidos para além das possibilidades de discursivizações, todas necessariamente parciais. Práticas articulatórias produzem discursos que prometem a impossível sutura e totalização da sociedade, e essas práticas disputam o espaço da hegemonia.

É possível traçar uma relação com o conceito de Lyotard (2004), que descreve a modernidade como um momento de construção de “grandes relatos”, quando cada ação está ligada a um todo organizado, uma rede de relações na qual o fenômeno corresponde a uma de suas tramas. Dessa forma, poderíamos dizer que os grandes relatos são aqueles discursos que prometem a sutura do social.

Ao descrever a impossibilidade de totalização, Laclau e Mouffe se referem a uma distância intransponível entre o real da sociedade (irrepresentável) e a sua

tentativa de representação por meio de práticas articulatórias. Nesse processo ocorre o que os autores chamam de “excesso de significado do social”. O campo da sociedade acaba sempre por invadir a formação discursiva, ou seja, sempre haverá uma produção maior de significados nas relações sociais do que as práticas articulatórias darão conta de abarcar.

Estabelecer paradigmas significa sempre falar de uma rede de equivalências simbólicas. A articulação consiste em dotar elementos de um certo valor que signifique o estabelecimento de uma rede de relações sob o mesmo campo. Dessa maneira, conteúdos díspares passam a fazer parte de um discurso comum. Os autores dão como exemplo um país colonizado, no qual elementos como vestimentas, utensílios, comportamentos, e mesmo a cor da pele, passam a se equivaler como significantes que representam o colonizador:

Cada um destes conteúdos, portanto, se equivale com os outros desde o ponto de vista da sua diferenciação sobre o povo colonizado e, portanto, perde sua condição de *momento* diferencial e adquire o caráter flutuante de um *elemento*. É dizer que a equivalência cria um sentido segundo que, uma vez parasitário do primeiro, o subverte: as diferenças se anulam na medida em que são usadas para expressar algo idêntico que subjaz a todas elas (Laclau; Mouffe, 2004:170)

Ao buscar nas enunciações de imprensa os temas ligados ao significante “sustentabilidade”, como no caso do *Guia* editado pela revista *Exame*, pode-se argumentar que há a formação de uma rede de equivalências que anula as diferenças entre ações tão distintas quanto as descritas no início do artigo. O trabalho de articulação discursiva da sustentabilidade empresarial cria uma rede de equivalências em que assuntos como preservação ambiental, direitos das minorias, condições dignas de trabalho, relações com o governo, convergem ao mesmo significante.

Uma formação discursiva nesses termos, de acordo com Laclau e Mouffe, só define a si mesma dizendo o que ela não é, o que está para além de suas fronteiras. Dito de outra forma, é preciso criar um Outro, o não-sustentável, o que ameaça a natureza e a sociedade, o que está fora da rede de equivalências, para que se defina o que está dentro da sustentabilidade.

Ernesto Laclau escrevendo sozinho em *Misticismo, retórica y política* (2000:32) aprofunda a questão das redes de equivalência, introduzindo o tema das relações de “combinação” e de “substituição”. Segundo o autor, quando uma articulação discursiva cria redes de equivalência, os elementos que a compõem se recombinaem, gerando novos

significados. Por outro lado, eles podem ser substituídos sem que se perca o sentido criado.

O significante que abarca uma multiplicidade de significados que passam a se equivaler é essencial para a política, o que Laclau chama de “significante vazio” (2000:33). Sua eficácia depende da condição de se manterem “vazios”, isso é, de representarem somente a cadeia de equivalências – e se perde quando o significante é preenchido. O exemplo usado pelo autor é o significante “liberdade”. Ele representou cadeias de equivalência em condições históricas diferentes. Em uma cena de reivindicação popular, uma manifestação pública em que a multidão grita “liberdade!”, seria possível desfazer a coesão dos manifestantes simplesmente ao questionar: “o que é liberdade, para quem, em que condições?”. Questionar dessa maneira, seria preencher de significado o caráter “vazio” do significante e desfazer o arcabouço de similaridades que tornaram possível tal reivindicação. Com a criação do significante vazio os assuntos mais diversos ganham um contorno dentro do qual podem ser debatidos e analisados, o que ocorre no caso de “sustentabilidade”.

No entanto, a criação de redes de equivalência de sentido não são absolutamente estáveis. O trabalho de articulação que as cria consiste em deslocamentos constantes, que passam a gerar novos sentidos. Partindo-se do princípio que a sutura de um discurso sobre a sociedade é impossível, as articulações se dão em “pontos nodais”, que nunca atingem um “centro”, uma estabilização plena. Os discursos constituem, deslocam e voltam a constituir, pontos nodais, sempre parciais.

Meio Ambiente e Transpolítica

O fim dos grandes relatos da modernidade no sentido de Lyotard (2004), proporciona a emergência de uma série de políticas segmentárias, baseadas nos interesses e reivindicações de grupos específicos. A partir do momento em que a teleologia do moderno cede espaço aos movimentos fragmentários, todas as instâncias passam ter igual valor de princípio e suas articulações e rearticulações é que fazem o novo cenário da política. O que se modifica do moderno para o pós-moderno, o fim das grandes relatos, representa também o fim da noção de que existe uma instância não-discursiva, um real último da sociedade sobre o qual os discursos são construídos.

De acordo com Jameson:

[...] a micropolítica, que corresponde à emergência de uma grande variedade de práticas políticas de pequenos grupos, sem base em classe social, é um fenômeno profundamente pós-moderno, ou então a palavra não tem nenhum significado que se preze. (Jameson, 2000:322)

Também Deleuze e Guatarri escrevem sobre o assunto, da seguinte maneira:

Somos segmentarizados por todos os lados e por todas as direções. O homem é um animal segmentário. A segmentaridade pertence a todos os estratos que nos compõem. Habitar, circular, trabalhar, brincar: o vivido é segmentarizado espacial e socialmente. (Deleuze; Guatarri, 2004:83)

Chantal Mouffe, escrevendo sozinha em *O Regresso do Político* (1996), teoriza sobre o papel desses grupos e propõe uma “democracia radical”, calcada em antagonismos discursivos, que devem levar em conta um sujeito do pós-moderno, descentrado e fragmentário. Para a autora, o que caracteriza as lutas destes novos movimentos sociais é a multiplicidade de posições de sujeito, que podem se transformar em foco de antagonismo e ser assim politizados. Na emergência de novos atores políticos representantes das políticas segmentárias, cabe uma crítica à noção do individualismo liberal, nos seguintes termos:

Muitos dos problemas hoje defrontados pelas democracias liberais têm origem no fato de a política ter sido reduzida a uma atividade instrumental, à realização egoísta dos interesses privados. A limitação da democracia a um mero conjunto de procedimentos neutros, a transformação dos cidadãos em consumidores políticos e a insistência liberal numa suposta “neutralidade” do Estado esvaziaram a política de toda a sua substância. (Mouffe, 1996:149)

Para Mouffe, a democracia radical das políticas fragmentárias vem confrontar o que de fato seria uma despolitização – a das representações formais baseadas numa noção de sujeito racional e autocentrado das democracias parlamentares do capitalismo. Este, o momento das ONGs; o momento de entusiasmo ou ao menos esperança de que no ambiente do pós-moderno haveria um espaço para a política preservado na atuação dos grupos minoritários de representação. O Estado, instância clássica da representação, perderia então sua importância, caduco pela falta de antagonismos: a própria substância da política. No entanto, se levados em conta o caráter instável e as fixações apenas parciais dos pontos nodais criados pelas articulações discursivas, Laclau e Mouffe rejeitam a ideia de que movimentos fragmentários das micropolíticas são automaticamente progressistas, como no trecho abaixo:

Tampouco podemos estar de acordo, por conseguinte, com a outra tendência dominante na discussão dos novos movimentos sociais, que consiste em afirmar *a priori* seu caráter progressista. O significado políticos dos movimentos de uma comunidade local, de uma luta ecológica, de uma minoria sexual, não está dado desde o princípio: depende fundamentalmente de sua articulação hegemônica com outras lutas e reivindicações. (Laclau; Mouffe, 2004:126).

Não são progressistas necessariamente, ou necessariamente conservadores. Mas, são – pela linha de raciocínio adotada pelos autores – necessariamente políticos. Compartilham, por diferentes vertentes, os turbilhões da praça pública, criando e deslocando redes de equivalência discursiva numa luta agônica pela hegemonia.

No entanto, estamos diante de um caso diferente, para o qual esta análise talvez não tenha efetividade. Já não se trata mais dos discursos das organizações não governamentais, caudatárias dos movimentos progressistas pós-68, mas sim de seu simulacro. O discurso da imprensa especializada em economia e negócios revela um deslocamento que não seria possível prever quando se formaram as organizações que reivindicavam proteção ao meio ambiente no cenário das lutas democráticas dos anos 70 e 80. Os setores mais dinâmicos do capitalismo tardio, as empresas de grande capital, são agora agentes privilegiados nesta articulação. A crítica de Laclau e Mouffe se desdobra principalmente sobre uma dicotomia Estado/sociedade civil; enquanto isso o discurso ambiental passa a ser gerido pelos senhores do mercado globalizado. Nem ONGs, muito menos governos...

As redes de equivalência da sustentabilidade anulam as diferenças entre uma organização devotada à preservação do meio ambiente e uma grande empresa produtora de petróleo que mantém programas de defesa das tartarugas; ou entre aquela e uma indústria papelreira que preserva matas ciliares entre suas monoculturas de eucalipto. Anulam ainda a diferença entre governos, que tradicionalmente são os agentes responsáveis pela previsão e solução de problemas coletivos (mesmo que reunidos em assembleias internacionais) e grandes companhias globais preocupadas com os destinos da natureza e da humanidade.

Zizek (2005) fala na “universalidade ideológica” do contemporâneo, quando os “antagonismos” são substituídos por uma noção de “diferenças” com as quais se deve aprender a viver. O discurso da mídia de negócios sobre sustentabilidade é desprovido de antagonismos – de questionamentos ao sistema que originou a ameaça ambiental – e apresentada como uma questão de eficácia administrativa e decisão de âmbito privado. É, enfim uma articulação que estende a rede de equivalências para além de formação

original e a leva em direção à universidade ideológica do capitalismo liberal do contemporâneo.

A construção de um discurso *mediático* sobre a atuação ambiental das empresas traz o argumento de que as mudanças podem ser providas em um ambiente de dispersão e privatização o que indicia o conceito de transpolítica (Autor ?). A empresa, em sua gestão particular, é – por esta argumentação – capaz de apresentar uma solução sistêmica para a questão ecológica.

De acordo com Jameson (2000), o capitalismo tardio é tornado uma “natureza”, um real último cujo alcance não está mais dado na decisão humana. O discurso dos *media* especializados em economia e em negócios dá ênfase em argumentos que consideram os grandes investimentos e o lucro compatíveis com a preservação ambiental e a melhoria das condições sociais. Portanto, deixam de haver tensões entre esses pólos numa sociedade voltada para o consumo.

Não cabe aqui definir os rumos que essas organizações têm tomado³. No entanto, ficamos com a observação de que esta é a descrição de uma “política do possível”, o mesmo que dizer “política impotente para grandes realizações”, o que por fim levará a dizer “protopolítica e/ou metapolítica”, como prefere ? (2007). Falamos de um movimento que deixou as pretensões de uma sutura discursiva do campo do social e restringe-se a administrar problemas pontuais.

O sistema onde as micropolíticas estão inscritas move-se por si mesmo, para além de qualquer possibilidade de decisão voluntarista. Já não há qualquer promessa de sutura discursiva do fenômeno social e, portanto, não há mais o ponto arquimediano sobre o qual contemplar o sistema e propor-lhe uma mudança qualitativa.

As micropolíticas representam, portanto, um novo campo discursivo, característico do pós-moderno, que entendemos invadido por significados produzidos por articuladores do discurso empresarial nos *media*, ao menos no caso da sustentabilidade. Uma vez solapada a noção de política clássica, e estabelecida uma situação em que ficam dispensadas considerações ou atuações sobre os grandes relatos, os padrões sistêmicos da sociedade, os articuladores do discurso empresarial sentem-se em condições de oferecer soluções para problemas que afinal de contas tornaram-se meramente administrativos. Se o sistema do capital não está colocado em questão, é possível à empresa capitalista exercer seu discurso no contexto das micropolíticas

³ Para uma visão do papel das ONGs na sociedade ver também MONTAÑO, 2003.

iniciadas pelas ONGs. O deslocamento de sentidos não se dá sobre um campo vazio, e sim interdiscursivamente, sobre um campo preexistente (Maingueneau, 2005), o das organizações não governamentais.

Nesse sentido, o conceito de transpolítica vem preencher uma lacuna teórica na descrição do fenômeno, ao considerar a prevalência do mercado. Um sistema em tudo abrangente encontra terreno fértil à absorção dos fragmentos identitários. De acordo com ?:

Constitui equívoco de base, portanto, considerar a transpolítica como ainda (pertencente aos quadros da) política. A transpolítica é o que, de partida e em essência, se põe como protopolítico e/ou metapolítico, aquém e além de seu referente descartado. (Autor, 2007:80 nr)

Entendemos que a transpolítica no contemporâneo pode contribuir para uma visão sobre os percursos do discurso ambiental que está na ordem do dia. O grande capital assume no discurso *mediático* a responsabilidade por salvar o futuro do planeta, sem que, contudo, seja responsabilizado pelos quadros de degradação que ele próprio apresenta, uma vez que não há qualquer vestígio de considerações abrangentes o suficiente para que recaiam sobre o próprio sistema. A ideia de transpolítica, passa por uma noção de inércia ou paralisia cujas origens ? (2007:78, 79) identifica em Virilio e Baudrillard. De acordo com o autor:

De modo conexo, a transpolítica designa a condição da própria política nesse contexto de (experimentação historicamente inédita de uma) *auto-extemporaneidade e auto-anulação íntima* em relação à sua capacidade logística, executiva e/ou preventiva, de auto-estranhamento irresolúvel e inominável em relação ao cumprimento de sua função histórica, institucional e pública, seja por ter sido ultrapassada pelo turbilhão dos acontecimentos, seja por sua compreensão lacunar a respeito da lógica do movimento e da complexidade do social contemporâneo, seja ainda por sua defasagem de desempenho diante da *dromoaptidão factual e operacional* do mundo. Em síntese, a transpolítica diz respeito a tudo aquilo para que a política, em seu modelo realizado, com seus recursos institucionais de praxe, não está preparada. (Autor, ano: página).

Há uma operação de apagamento dos indícios de que as pressões sobre o meio ambiente devem-se a um sistema de circulação global de capitais. Nesse apagamento está dado o passo decisivo em direção à transpolítica, que não logra versar sobre causas sistêmicas, mas que apresenta a solução do maior problema com o qual a humanidade talvez já tenha se deparado – o de uma possível catástrofe ambiental devastadora –

como passível de uma solução técnico-administrativa gerida pelas empresas de grande capital.

Referências Bibliográficas:

- ALIER, Juan Martínez. **O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 3. São Paulo: Editora 34, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 13.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- _____. **A arqueologia do saber**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
- GARCIA, Joana; LANDIM, Leila; DAHMER, Tatiana (Orgs.). **Sociedade e Política: novos debates entre ONGs e universidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- Guia Exame 2009 de Sustentabilidade**. São Paulo: Abril, 2009.
- HADDAD, Sérgio. (Org.). **ONGs e Universidades**. São Paulo: Peirópolis, 2002.
- JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio**. 2.ed. São Paulo: Ática, 2000.
- LACLAU, Ernesto. **Misticismo, retórica y política**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- _____; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. 2.ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.
- LANDIM, Leilah. Múltiplas identidades das ONGs. In: HADDAD, Sérgio (Org.). **ONGs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina**. São Paulo: Peirópolis, 2002.
- LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 8.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar, 2005.
- MOUFFE, Chantal. **O regresso do político**. Lisboa: Gradiva, 1996.
- ZIZEK, Slavoj. **Bem-vindo ao deserto do real!** 1ª. reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2005.

Vinicius Prates da Fonseca
Doutorando em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP,
professor de jornalismo da graduação na UNIP
e-mail: vinipfb@hotmail.com